

**CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA
DIRETORIA DE ENSINO
CENTRO DE ENSINO BOMBEIRO MILITAR
CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS**

Walter José de Borba Netto

A internacionalização das organizações públicas sob o prisma da paradiplomacia: o caso do Bombeiro Militar de Santa Catarina.

BORBA NETTO, Walter José de. **A internacionalização das organizações públicas sob o prisma da paradiplomacia: o caso do Bombeiro Militar de Santa Catarina.** Curso de Formação de Soldados. Biblioteca CEBM/SC, Florianópolis, 2012. Disponível em: <Endereço>. Acesso em: data.

**Florianópolis
Abril 2012**

A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES PÚBLICAS SOB O PRISMA DA PARADIPLOMACIA: O CASO DO BOMBEIRO MILITAR DE SANTA CATARINA.

Walter José de Borba NETTO¹

RESUMO

O presente estudo visa discorrer a respeito da internacionalização das organizações públicas e apresentar a internacionalização deste tipo organização a partir do caso ilustrativo do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina. Com vistas a compreender com melhor clareza o processo em curso nas organizações públicas foi utilizado o aporte teórico da paradiplomacia. Através de uma revisão bibliográfica focada na teoria da paradiplomacia e das organizações públicas foi possível se ter uma compreensão mais ampla e apurada a respeito do processo de internacionalização ainda novo e incipiente na corporação de Santa Catarina. Nesta esteira, foram conceituados os novos atores das relações internacionais contemporâneas e suas formas de atuação internacional. Em tempo, é traçado um breve apanhado histórico do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina que visa situar melhor o leitor a respeito da organização ora abordada neste estudo. Em virtude do pouco conhecimento produzido sobre a matéria e a importância deste processo para o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina é que o presente estudo pretende contribuir para fomentar a discussão do tema no seio da corporação, bem como auxiliar os leitores que buscam aprofundar os seus conhecimentos a respeito do tema.

Palavras- chave: Organizações públicas. Corpo de Bombeiros de Santa Catarina. Paradiplomacia.

1 INTRODUÇÃO

O século XXI abre o paradigma do domínio informacional e tecnológico, não obstante a humanidade busca como nunca na história o aperfeiçoamento técnico e científico.

¹ Aluno Soldado do CEBM. Graduado em Relações Internacionais pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) em 2006 e Mestre em Gestão Pública pela UNIVALI em 2010. Email walterborbanetto@gmail.com

Estas mudanças atingem em cheio as instituições e organizações humanas. A globalização e a difusão da informação ressaltam a necessidade do aperfeiçoamento dos laços e intercâmbios entre os povos e instituições.

Nesta esteira, as organizações públicas pautam suas mudanças no intuito de acompanhar e responder as novas demandas da sociedade contemporânea. Assim, as organizações públicas buscam incorporar-se neste movimento global a fim de abstrair o máximo de vantagens e oportunidades deste processo novo e incipiente.

Uma das ferramentas mais eficientes e profícuas da atualidade são os intercâmbios técnicos e científicos firmados e trocados com instituições de outros países com vistas a incorporação de novos conhecimentos, complementação técnica e geração de novos saberes que são imprescindíveis para a sobrevivência das corporações na sociedade moderna.

O Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina busca inserir-se neste movimento com vistas a obter vantagens deste processo de cooperação internacional. Na perspectiva de alcançar o aperfeiçoamento constante dos seus praças e oficiais, para buscar cumprir com maior eficiência e presteza a sua missão e visão junto a sociedade catarinense.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As organizações públicas são dotadas de especificidades intrínsecas que as levam a ter um comportamento singular no processo de internacionalização. Com a chegada recente da cientifização e dos métodos gerenciais no seio do Estado, as organizações públicas passaram por profundas e significativas mudanças, que objetivaram atualizá-las, afim de acompanhar o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

O Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina, órgão estatal, também pertence a este arcabouço de teoria organizacional, porém, adiciona-se a variante de ser uma organização estatal e de cunho militar. O estudo desta simbiose organizacional (entre organização pública e militarismo) é fundamental para se compreender o presente da corporação, além de servir de subsídio para se desenhar o futuro e enfrentar com maior eficiência os desafios vindouros do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

2.1 As organizações públicas

A especialização das atividades e o desenvolvimento da ciência organizacional influenciaram de maneira preponderante a modelagem e a concepção das organizações públicas tal como são concebidas hoje.

Foi no século XVII com o surgimento do racionalismo, da cientifização dos processos e do empirismo ascendendo como forma concreta para o estabelecimento do juízo de valor que os métodos científicos começavam a ganhar notoriedade e credibilidade. Motta (1996) ilustra com uma passagem de Descartes esse momento, “Descartes nega todo o conhecimento recebido e salienta o poder da razão para resolver qualquer espécie de problema. É a substituição do tradicional pelo racional.” (MOTTA, 1996 p.3).

Posteriormente, no século XVIII, o racionalismo atinge o seu apogeu. Com a sua aplicação nas ciências naturais e sociais, porém, somente no século XX o racionalismo chega às organizações.

No decorrer do século passado e do presente temos uma sociedade edificada sobre as égides das organizações, ao ponto de Etzioni (1984) afirmar que a nossa sociedade é uma sociedade de organizações. Assevera ainda o renomado pesquisador Etzioni:

Nascemos em organizações, somos educados por organizações, e quase todos nós passamos a vida a trabalhar para organizações. Passamos nossas horas de lazer, apagar, jogar e a rezar em organizações. Quase todos nós morremos numa organização, e quando chega o momento do funeral, a maior de todas as organizações – o Estado – precisa dar uma licença especial. (ETZIONI, 1984, p.1)

A administração organizacional gradualmente evoluiu e atingiu alto grau de sofisticação e teorização. As produções teóricas e científicas dos grandes autores da área como Etzioni (1984), Blau (1979) e Scott (1979) começam a ser massificadas e aplicadas nas organizações, tanto no âmbito público, como no privado.

O pesquisador das organizações Etzioni (1984) define organizações como unidades sociais (ou agrupamentos humanos) intencionalmente construídas e reconstruídas, a fim de atingir determinados objetivos.

Ao contrário de sociedades anteriores, a sociedade moderna atribui um elevado valor ao racionalismo, à eficiência e à competência. A civilização moderna depende, em grande parte, das organizações, como as formas mais racionais e eficientes que se conhecem de agrupamento social. A organização cria um poderoso instrumento social, através da coordenação de grande número de ações humanas. Combina o pessoal e os recursos, ao reunir líderes, especialistas, operários, máquinas e matérias

– primas. Ao mesmo tempo, avalia continuamente sua realização e procura ajustar-se, a fim de atingir seus objetivos. (ETZIONI, 1984, p.1).

Já o reconhecido jurista e pensador italiano Norberto Bobbio (2004) entende organização como um conjunto de esquemas conceituais, complementares ou alternativos, cujo objetivo, não necessariamente alcançado, é o que nos deixa em condições de podermos descrever, interpretar, possivelmente prever e eventualmente controlar, os fenômenos organizativos.

Para Blau e Scott (1979) o homem moderno é o homem dentro das organizações. Para eles a organização é a maneira na qual a conduta humana se organiza socialmente. Blau e Scott nos permitem ir além através das suas reflexões sobre as organizações, ao passo que as classifica e desenvolve suas tipificações.

O estudo de Blau e Scott (1979) leva em conta especificamente as Organizações Formais, são nelas que estão situadas as organizações estatais oficiais. Nesta esteira, estes dois pesquisadores nos fornecem significativas e valiosas contribuições a respeito deste tipo de organização.

O caso de uma repartição governamental é mais complicado, porque ela faz parte da mesa administrativa da nação. Todos os funcionários de um órgão governamental para supervisionar a obediência às leis, por exemplo, estão engajados na administração, mas administração de diferentes espécies: enquanto os oficiais fazem obedecer as leis, ajudando assim na manutenção da ordem social, seus superiores – com seus assistentes – administram o funcionamento do órgão e ajudam a manter a organização em si. (BLAU; SCOTT, 1979, p.20)

Segundo eles, as Organizações Formais são marcadas por características básicas e comuns, tais como: grande estrutura, hierarquização e presença de traços em maior ou menor grau de procedimentos burocráticos.

Dada o seu grande tamanho e sua alta complexidade as Organizações Formais demandam um alto nível gerencial e de planejamento. Em larga maioria contam com setores específicos para o trato destas questões gerenciais, normalmente existe um setor dedicado ao planejamento e outro para a administração dos recursos humanos, sua complexidade é enorme como relata Blau e Scott.

Alguns autores referem-se a elas como organizações “de grande escala” ou “complexas”. Mas nós evitamos esses termos, por achá-los enganosos em dois aspectos: em primeiro lugar, as organizações variam em tamanho e complexidade e o uso desses termos para defini-las traria expressões estranhas, tais como “uma pequena organização de grande escala” ou “uma organização complexa muito complexa”. Em segundo lugar, apesar do fato de organizações formais muitas vezes se tornarem muito grandes e complexas, seu tamanho e complexidade não rivalizam com os de uma organização social dentro de uma organização moderna, que inclui tais organizações e suas relações entre si, além de outros padrões não

organizacionais. (Talvez a complexidade das organizações formais seja tão enfatizada por ser feita pelo homem, enquanto que a complexidade da organização social aparece aos poucos – assim como a complexidade dos computadores modernos é mais impressionante que a do cérebro humano. A complexidade planejada pode ser mais notável do que a complexidade por crescimento e evolução). (BLAU ; SCOTT, 1979, p.20)

Para Blau e Scott temos cinco grandes grupos em que as organizações de maneira geral podem se enquadrar. Assim, eles traçam um quadro esquemático e citam os exemplos de organização e os seus beneficiários.

Quadro 1 - Esquema dos tipos de Organização

Tipo de organização	Exemplos	Beneficiários
1- Associação “de iguais” de benefício mutuo	Seitas, clubes, associações...	O próprio quadro social.
2- Militar	Organizações de forte hierarquia	A corporação e a população.
3- De serviço filantrópico	Hospitais e Universidades	Os clientes.
4- Corporativo	Empresas	Os proprietários.
5- Empresa Familiar	Negócios familiares	A família.

Fonte: Adaptado de Blau e Sott (1979).

Outra característica fundamental na análise de Blau e Scott (1979) nas Organizações Formais, principalmente nas organizações públicas é a burocracia. Os procedimentos burocráticos existentes dentro das Organizações Formais como prescritas essencialmente nas preposições formuladas pelo sociólogo alemão Max Weber.

Dentro das Organizações Formais faz-se necessário também o estudo e aprofundamento da principal característica deste tipo organização, a burocracia. Para uma melhor compreensão dos fenômenos acontecidos nas organizações públicas, marcadas essencialmente pelos traços burocráticos, faz-se necessário uma análise mais acurada sobre última, a partir de um prisma bem mais empírico e científico.

2.2 A história do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina

Os Corpos de Bombeiros Militares são, conforme prevê a Constituição Federal em seu Art. 144², forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro e tem como função primordial além de outras previstas em Lei, executar as atividades de defesa civil conforme Art. 108.

Art 108 O Corpo de Bombeiros Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizado com base na hierarquia e disciplina, subordinado ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

I – realizar os serviços de prevenção de sinistros ou catástrofes, de combate a incêndio e de busca e salvamento de pessoas e bens e o atendimento pré-hospitalar;

II – estabelecer normas relativas à segurança das pessoas e de seus bens contra incêndio, catástrofe ou produtos perigosos;

III – analisar, previamente, os projetos de segurança contra incêndio em edificações, contra sinistros em áreas de risco e de armazenagem, manipulação e transporte de produtos perigosos, acompanhar e fiscalizar sua execução, e impor sanções administrativas estabelecidas em Lei;

IV – realizar perícias de incêndio e de áreas sinistradas no limite de sua competência;

V – colaborar com os órgãos da defesa civil;

VI – exercer a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal;

VII – estabelecer a prevenção balneária por salva-vidas; e

VIII – prevenir acidentes e incêndios na orla marítima e fluvial.

§ 1º O Corpo de Bombeiros Militar:

I – é comandado por oficial da ativa do último posto da corporação; e

II – disporá de quadro de pessoal civil para a execução de atividades administrativas, auxiliares de apoio e de manutenção. (SANTA CATARINA, 1989)

Embora sejam instituições militares, os Corpos de Bombeiros Militares fazem parte da Administração Pública dos Estados e do Distrito Federal e integram o poder Executivo e sujeitos ao mesmo arcabouço jurídico e princípios normativos e legais como qualquer órgão da Administração Pública Estadual.

São ainda regidos pelo Direito Administrativo Moderno, possuem correspondente Poder de Polícia e seus integrantes são denominados militares estaduais, assim como os demais componentes das polícias militares estaduais.

Não obstante Santa Catarina tem a sua corporação de Corpo de Bombeiros Militar que goza, inclusive, de autonomia financeira e administrativa³. O atual estágio de

² **Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...] V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.[...] (BRASIL, 1988)

Constituição Estadual :

Art. 105. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, e exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

[...] (SANTA CATARINA, 1989)

III – Corpo de Bombeiro Militar [...]

desenvolvimento institucional e organizacional teve início em 05 de maio de 1835, através da Lei n. 12.

Este nascimento se deu como apêndice da então “Força policial”, sendo apenas uma incumbência da força de segurança, executada somente na capital (a então Desterro) e de maneira muito tímida e discreta.

A atividade, à época, era desenvolvida apenas na capital, a ilha de Nossa Senhora do Desterro, que embora ainda não possuísse a ligação com o continente através de pontes, prosperava com a instalação de estabelecimentos comerciais e empresas, o que resultou, também, em um maior número de incêndios. A pressão dos empresários motivou o governo a criar uma Seção de Bombeiros, com a atividade exclusiva de combate aos incêndios. (HOCHLEITNER, p. 19, 2007).

Apesar da necessidade⁴ e da pressão social, culminado em 1919⁵ Seção de Bombeiros, constituída de integrantes da então Força Pública, porém, somente 1923⁶ foi promulgada a lei que institucionaliza definitivamente o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

A partir de 1923 a corporação passa por um período de afirmação e desenvolvimento com fins a descentralização de suas operações restritas até então somente a capital. O objetivo de chegar a outros espaços geográficos catarinenses teve como marco inicial a cidade de Blumenau no ano 1958, com a criação da primeira OBM fora da capital. (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, 2012)

Este vertiginoso processo de expansão da ganha vulto gradual e ascendente e culmina no em 2003, ano da emancipação do Bombeiro em relação da Polícia Militar, na presença marcante do Corpo de Bombeiros em mais de 51 cidades catarinenses, espalhadas pelas mais diversas regiões do território catarinense. (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, 2012)

O grande marco político administrativo da corporação se deu em 2003⁷, com a separação da Polícia Militar que conferiu autonomia total da corporação em relação a Polícia

³ Em 13 de junho de 2003, a Emenda Constitucional nº 033, concedeu ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC o status de Organização independente, formando junto com a Polícia Militar, o grupo de Militares Estaduais

⁴ “No ano 1919, se desencadeou na Rua Conselheiro Mafra, no centro da cidade, segundo Bastos Júnior (2006), um dos mais terríveis incêndios, que destruiu, à época, o hotel Majestic e vários outros estabelecimentos comerciais. Novamente a pressão do empresariado local foi intensa no sentido do governo efetivar um serviço profissional de combate a incêndios.” (HOCHLEITNER, 2007, p. 20)

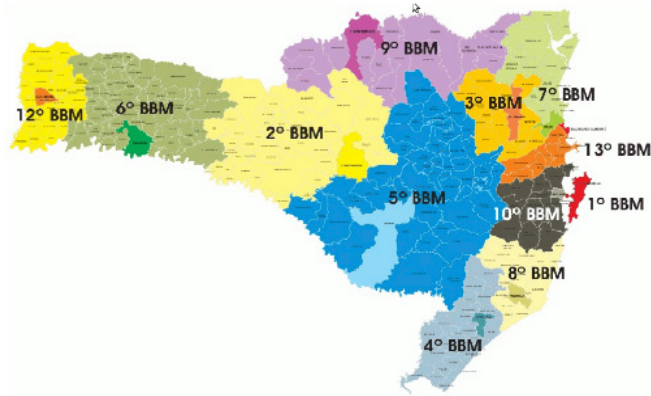
⁵ Em 16 de setembro de 1919, foi sancionada pelo então Governador do Estado de Santa Catarina, Doutor Hercílio Luz, a Lei Estadual nº 1.288, que criava a Seção de Bombeiros, constituída de integrantes da então Força Pública. (HOCHLEITNER, 2007, p. 20)

⁶ Somente em 26 de setembro de 1926, foi inaugurada a Seção de Bombeiros da Força Pública, hoje Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina – CBMSC. (HOCHLEITNER, 2007, p. 20)

⁷ Para que a nova organização pudesse implementar sua missão constitucional foi aprovada em 19 de janeiro de 2004, a Lei Complementar nº. 259, que estabeleceu o novo efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina. Ainda em 29 de setembro daquele ano, o Decreto Estadual nº 2.497, aprovou o Regulamento de Uniformes do CBMSC, que conferiu uma nova identidade visual aos bombeiros militares. (HOCHLEITNER, 2007, p. 20)

Militar. Assim, o Corpo de Bombeiros Militar passou a constituir, junto com a Polícia Militar, a classe dos militares estaduais, persistindo para ambas as corporações, as leis de remuneração, leis de promoção de praças e oficiais, estatuto e regulamento disciplinar.

Figura 1- Organização geográfica do CBMSC



Fonte: Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina (2012).

O estágio atual de desenvolvimento institucional da corporação compreende um novo escopo institucional que comporta mais de 13 batalhões espalhados por todo o território Catarinense⁸.

Atualmente o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina estende seus serviços por mais de 100 cidades nos mais longínquos rincões catarinenses que contribuem diariamente na árdua tarefa de difundir a visão⁹ e a missão¹⁰ do Corpo Bombeiro de Bombeiro Militar por toda Santa Catarina.

3 INTERNACIONALIZAÇÃO

A globalização é um fenômeno que já se incorporou ao cotidiano em menor ou maior grau de todos os cidadãos e organizações da sociedade. Não obstante, as organizações públicas buscam incorporar-se neste movimento global e abstrair o máximo de vantagens e oportunidades deste processo.

⁸ Diretorias de Atividades Técnicas e Operacional; está subdividida em treze Batalhões de Bombeiro Militar - BBM; 1º BBM em Florianópolis; 2º BBM em Curitibaanos; 3º BBM em Blumenau; 4º BBM em Criciúma; 5º BBM em Lages ; 6º BBM em Chapecó; 7º BBM em Itajaí ; 8º BBM em Tubarão; 9º BBM em Canoinhas; 10º BBM em São José; 11º BBM em Ainda não ativado; 12º BBM em São Miguel do Oeste; 13º BBM em Balneário Camboriú; bem como o Grupamento de Busca e Salvamento - GBS. (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, 2012)

⁹ Visão: Ser referência e modelo de excelência na prestação de serviços de bombeiro.

¹⁰ Missão: Prover e manter serviços profissionais e humanitários que garantam a proteção da vida, do patrimônio e do meio ambiente, visando proporcionar qualidade de vida a sociedade. (CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, 2012)

Assim, a internacionalização além de ser uma sofisticada ferramenta de superação de dificuldades organizacionais, é também uma prerrogativa necessária para a sobrevivência das instituições modernas na competitiva sociedade contemporânea. O processo de atuação internacional dos novos atores das sociedades passam essencialmente pela compreensão da teoria da paradiplomacia abordado neste trabalho.

3.1 Paradiplomacia: Aporte teórico-conceitual

Este tópico tem como objetivo introduzir ao leitor o conceito de paradiplomacia, com o intuito de possibilitar maior clareza na análise do presente estudo. Este trabalho traz em seu início as definições conceituais da paradiplomacia segundo os maiores estudiosos do tema.

A formulação do marco teórico da paradiplomacia deu-se a partir da década de 80, graças às valiosas contribuições de pesquisadores como Soldatos¹¹, Duchacek¹², Feldman¹³ e Michelmann¹⁴.

A construção do aporte teórico destes pesquisadores deu-se graças às análises pragmáticas das experiências concretas do Canadá¹⁵ em termos de paradiplomacia. Tais manifestações influenciaram a construção da base teórica que serviu para a interpretação do fenômeno nas outras partes do mundo.

Segundo o pesquisador Panayotis Soldatos (1986), que conceitua a paradiplomacia como sendo todas as atividades diplomáticas desenvolvidas entre entidades políticas não centrais situadas em Estados diferentes.

Noé Camargo Prieto (2004) cunhou a definição mais utilizada para conceituar paradiplomacia no universo acadêmico. Em seu conhecido artigo O outro lado do novo regionalismo Pós- Soviético e da Ásia - Pacífico: A diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental, a paradiplomacia é definida como:

¹¹ C.F SOLDATOS, P., "An **Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign Policy Actors**", ensaio apresentado na Reunião Anual da American Political Science Association, Washington D. C., 1986.

¹² C.F DUCHACEK, Ivo. **Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations**. In Federalism and international relations: the role of subnational units/ Ed: Hans MICHELMANN & Panayotis SOLDATOS. Oxford: Clarendon Press, 1990.

¹³ C.F FELDMAN, Elliot J. and Feldman, Lily Gardner. "Canada". In: Michelmann, Hans J. and Soldatos, Panayotis (org.). **Federalism and International Relations – The Role of Subnational Units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

¹⁴ C.F MICHELMANN, Hans. "**The Federal Republic of Germany**". In: Michelmann, Hans; Soldatos, Panayotis. **Federalism and International Relations – the**. Oxford: Clarendon Press, 1990

¹⁵ C.F. MINISTERE DES RELATIONS INTERNATIONALES DU QUEBEC. **Rapport anuel de gestion 2003-2004**. Beauport, 2004.

O envolvimento de governo subnacional nas relações internacionais, por meio do estabelecimento de contatos, formais e informais, permanentes ou provisórios (ad hoc), com entidades estrangeiras públicas ou privadas, objetivando promover resultados socioeconômicos, ou políticos, bem como qualquer outra dimensão externa de sua própria competência constitucional.(PRIETO, 2004, p. 251.).

Para o professor brasileiro Tullo Vigevani (2004), o conceito de paradiplomacia serve para indicar a participação de outros atores estatais, que não o Estado nacional na diplomacia.

Nesta esteira, cabe ressaltar que é muito utilizada a expressão diplomacia federativa a aceção de paradiplomacia. Porém, ambas se referem ao mesmo conceito, contudo, a aceção diplomacia federativa é mais freqüentemente utilizada para se referir aos Estados que exercem a paradiplomacia e adotam modelos federativos. Já o termo paradiplomacia é utilizado para todos os tipos de Estados, independente do modelo a que os mesmos façam parte.

As expressões “subnacional” e “unidade subnacional” normalmente se referem aos Estados e Municípios. No entanto, Lessa (2002) argumenta que o conceito não seria o mais adequado para denominar a atuação paradiplomática dos Estados e Municípios no Brasil, pois muitas unidades assim referidas, no caso brasileiro, não constituem “nações” no sentido cultural e histórico. Contudo, ele considera que a denominação governo não-central (GNC) seria a mais apropriada para o caso específico do Brasil.

Nunes (2005) defende a adoção desta nomenclatura, pois para ela, os GNC’s atuariam como Estados, desempenhando algumas funções de Estado, em maior ou menor extensão, que são constitucionalmente estabelecidas, previstas e permitidas. O que os diferenciaria de Estados nacionais é o atributo da soberania¹⁶ e as responsabilidades que essa competência suscita.

A autora gaúcha Carmem Juçara Nunes em seu estudo a respeito da paradiplomacia utiliza o termo governo não-central (GNC) conceituando-os como:

Os governos de coletividade territoriais subnacionais que fazem parte de Estados unitários, como os Departamentos uruguaios, as Regiões italianas e as Províncias chinesas, ou de Estados federais, os Estados brasileiros, as Províncias argentinas e os Cantões suíços (NUNES, 2005 p. 45).

¹⁶ Em sentido lato, o conceito político-jurídico de Soberania indica poder de mando de última instância, numa sociedade política e, conseqüentemente, a diferença entre esta e as demais associações humanas em cuja organização não se encontra este poder supremo, exclusivo e não derivado. Este conceito está, pois, intimamente ligado ao de poder político: de fato, a Soberania pretende ser a racionalização jurídica do poder, no sentido da transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direito. (BOBBIO ET AL, 2004, p. 1.179)

Esse conceito é amplo, pois abrange todos os governos, inclusive aqueles membros de Estados unitários. Contudo, como frisa a autora, deve-se ressaltar que os GNC's, membros de Estados federais, se diferenciam jurídica e politicamente daqueles que são membros de Estados unitários (NUNES, 2005).

Ivo Duchacek (1990) vai mais longe ao introduzir uma distinção entre: a) microdiplomacia regional fronteira; b) microdiplomacia transregional; e c) paradiplomacia global, termos que designam, segundo o autor: a) contatos entre unidades não-centrais fronteiriças localizadas em diferentes Estados; b) contatos entre unidades não-centrais sem fronteiras comuns, mas, cujos Estados nacionais são limítrofes; e c) contatos políticos entre unidades pertencentes a Estados distantes, que estabelecem ligações “não apenas entre centros comerciais, industriais e culturais em outros continentes [...], mas também com os vários ramos ou agências de governos nacionais estrangeiros”.

Esta classificação traz três categorias básicas para qualificar e enquadrar as investidas internacionais das unidades federadas¹⁷. São elas: a diplomacia federativa transfronteira¹⁸, a diplomacia federativa transregional ou macroregional¹⁹ e a diplomacia federativa global ou paradiplomacia global²⁰.

Lessa (2002) apresenta, ainda, o conceito de protodiplomacia, embora alerte que sejam semanticamente semelhantes aos outros, porém, com conotação radicalmente distinta. Segundo o autor “Esta prática visa pavimentar o caminho para sua independência, preparando a opinião pública internacional e estabelecendo relações externas de amizade com países e regiões que possam apoiá-los em seu projeto secessionista”²¹.

¹⁷ Frisa-se que esta classificação não serve para províncias e estados secessionistas, que segundo Bogéa tem caráter de cunho político “as iniciativas assumem por vezes caráter mais essencialmente político”. (BOGEA, 2001, p.22)

¹⁸ Por diplomacia federativa transfronteira ou paradiplomacia regional transfronteira entende-se a interação entre coletividades territoriais vizinhas como, por exemplo, Amapá e Guiana Francesa, Roraima e Guayana, Rio Grande do Sul e Corrientes, Santa Catarina e Misiones ou Manitoba e Dakota do Norte. No âmbito dessa diplomacia são estabelecidos canais de comunicação, de regras implícitas ou explícitas, e de procedimentos formais ou informais que, dentro de uma região envolvendo mais de uma soberania, permite a interação cooperativa entre governos infranacionais e também empresas privadas e indivíduos. (BOGEA, 2001, p. 23)

¹⁹ Já a diplomacia federativa transregional ou paradiplomacia transregional (ou ainda paradiplomacia macroregional) representa a atuação ou o contacto entre unidade infranacional de um país e outra unidade infranacional de país vizinho, mas com a qual não divida fronteira – caso, por exemplo, da interação entre a Província de Buenos Aires e o Estado de São Paulo ou de contactos entre a Província do Quebec e o Estado da Flórida. (BOGEA, 2001, p.23).

²⁰ Por sua vez, a diplomacia federativa global ou paradiplomacia global compreende contactos diretos entre um governo central ou um governo infranacional e uma unidade infranacional de outro país, geralmente com o propósito de tratar de comércio, investimentos e outras ações correlatas – como foi, por exemplo, o caso das negociações comerciais que envolveram estados norte-americanos e países socialistas europeus nos anos 70 e 80. Assim, em nações distantes entre si, ações político-funcionais colocam governos não-centrais em interação não apenas com centros comerciais, industriais ou culturais de outros continentes – como o escritório da Província de Ontário em Frankfurt ou o da Junta da Galícia em Santa Catarina – mas também com os vários ramos ou agências de Estados estrangeiros, como a representação do Quebec e de dez estados norte-americanos em Bruxelas, cidade-sede da União Européia. (BOGEA, 2001, p.24)

²¹ Segundo Lessa o caso mais desenvolvido de protodiplomacia seria o caso da Província do Québec sob o governo do *Parti Quebequois*, sobretudo em relação à França. (LESSA, 2002, p. 9)

Por ser incipiente no Brasil, não se tratara do avanço da teoria paradiplomática nem da autonomia plena dos entes federados. No presente estudo não será utilizada, também, a nomenclatura GNC's e, sim, para se referir aos Estados, apenas a nomenclatura entes federados, Estados membros ou Estados federados.

3.2 Caso do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

A partir do ano de 2003 com a separação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar, o CBMSC ganha uma nova dinâmica. Suas atribuições ganham mais especificidade, complexidade e autonomia gerencial, que levaram inclusive, a um maior intercâmbio internacional.

As investidas internacionais do CBMSC estendem-se nos mais diversos âmbitos: cooperação técnica- científica, viagens de integrantes da corporação, intercâmbio institucional, compra de equipamentos, entre outros.

No campo científico, podem-se ressaltar os acordos recentes, como os treinamentos de cães de resgate em zonas de catástrofes e colapsadas. O Capitão Parizzoto é o responsável pela cinotécnia no CBMSC, segundo ele, a colaboração e interação com as organizações estrangeiras foi fundamental e determinante para a implantação desta técnica na corporação.

As incursões individuais no exterior executadas pelos integrantes da corporação (na grande maioria de oficiais) também constituem uma importante ferramenta de desenvolvimento pessoal do profissional bombeiro militar, pois oportunizam o conhecimento da realidade de outras corporações ao redor do mundo. Estas experiências proporcionam ao Bombeiro catarinense enriquecimento técnico e intelectual, que conseqüentemente será utilizado e socializado na própria corporação.

Nesta esteira, o Capitão Cardoso²² relata a sua experiência individual no *Fire Department of Miami* (Corpo de Bombeiros de Miami). Cardoso explana que a visita foi muito proveitosa, principalmente no campo administrativo, já que o sistema de organização do Corpo de Bombeiros americano é muito diferente da corporação catarinense, porém, que goza da mesma credibilidade e efetividade de serviços.

²² Informações verbais obtidas com o Capitão BM Cardoso e Major BM Correia (Comandante do CEBM - SC).

Para o Capitão Cardoso o conhecimento da realidade de outra corporação é fundamental para auxiliar na administração local, em especial para os oficiais, que lidam constantemente com rotinas administrativas e dilemas organizacionais cotidianos no seio da corporação.

Neste campo também é emblemática a experiência do Major Correia, Comandante do Centro de Ensino do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina. Correia já obteve uma série de intercâmbios em corporações estrangeiras, principalmente na especialidade de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas (BREC) e atualmente leciona e compartilha o conhecimento adquirido no exterior junto à corporação, ao lecionar a disciplina de BREC no Centro de Ensino Bombeiro Militar.

Em outra perspectiva, a financeira, a capacidade de articulação internacional da corporação pode render muitos bônus e resultados expressivos. Recentemente o CMBSC teve uma experiência exitosa com a importação direta de equipamentos de desencarceramento para salvamento de vítimas presas em ferragens.

Através da importação direta, foi possível uma economia que ultrapassou a um milhão de reais na aquisição de mais de 60 novos e sofisticados equipamentos. Estes serão distribuídos para OBM's que ainda não disponibilizavam deste eficiente e precioso instrumento para a atividade bomberil.

A otimização de custos é uma máxima seguida por todas as organizações, especialmente o CBMSC que utiliza uma gama extensa de equipamentos produzidos no exterior que necessitam de importação e desembaraço privilegiado²³.

Outra janela de oportunidades importantes são os acordos bilaterais firmados entre as corporações. Estes acordos consistem na cooperação constante e recíproca entre entidades com fins a complementarização recíproca entre as partes nos mais diversos âmbitos, de maneira a otimizar ao máximo os custos desta cooperação.

Estes acordos podem ser firmados entre as corporações e permitir que praças e oficiais de outras corporações possam executar estágios operacionais e teóricos na corporação catarinense, bem como que os oficiais e praças do CMBSC possam ter a oportunidade de adquirir conhecimento em outras corporações. Estes acordos são a forma mais barata e fácil

²³ Muitos produtos gozam de importação privilegiada (mercadorias e objetos imprescindíveis a segurança pública, desporto olímpico, desporto paraolímpico, medicamentos, instrumentos musicais entre outros) não fabricados no país. Porém, seu desembaraço é altamente complexo e demanda uma preparação meticulosa junto à Receita Federal.

de oportunizar de maneira ágil e barata conhecimentos²⁴ de vanguarda bomberil para o Corpo de Bombeiros de Santa Catarina.

Outro trabalho importante é monitoramento das oportunidades em instituições e organizações proponentes. Na imensa maioria das vezes as vagas abertas por organizações como agências de cooperação internacionais²⁵, tais como AECI (Espanha), JICA (Japão), além das próprias organizações internacionais como ONU, INTERPOL, entre outras, ficam ociosas por desconhecimento e falta de proponentes.

O aproveitamento destas oportunidades e a conseqüente colheita de benefícios deste trabalho depende unicamente da capacidade de articulação e visão da corporação. Que através de um planejamento competente com metas e ações pré-estabelecidas poderá atingir melhores resultados na cooperação internacional.

4 CONCLUSÃO

Nota-se que o processo de inserção internacional do CBMSC é ainda novo e incipiente, resultante de iniciativas individuais e isoladas, que não pertencem a escopo institucional e organizado com objetivos e metas pré - definidas pela corporação.

Cabe ainda ressaltar, que a novidade do tema no âmbito federativo e institucional no Brasil relega a paradiplomacia estatal a diversos desafios. Em primeiro lugar por ser uma experiência em franca construção, em segundo pela carência de mão de obra capacitada para levar a cabo o exercício competente da função.

A exigência de ensino superior para ingresso na carreira de praça e a exigência do idioma inglês no último concurso para ingresso no Curso de Formação de Oficiais (CFO) são indicativos claros da capacitação singular do bombeiro militar catarinense, inclusive em comparação com as outras corporações no Brasil. Estes aspectos contribuem significativamente para a elevação da capacidade técnica da corporação, que terá mais facilidade de lidar com os novos desafios que se impõem tanto no âmbito nacional como no internacional.

Nesta esteira, é público e notório a necessidade que a corporação tem de abstrair maiores vantagens do processo de internacionalização. Os avanços até agora obtidos são

²⁴ Os custos destes intercâmbios são cobertos pela instituição receptora, pois a mesma tem a possibilidade de otimizar mais os custos de estadia da comitiva ou do aluno recebido. Assim, o CBMSC poderá estabelecer convênios com corporações irmãs e enviar facilmente seus oficiais e praças para receberem treinamento e capacitação de ponta no exterior a custos muito baixos e irrisórios.

²⁵ O departamento internacional do CBMSC ficaria encarregado especificamente desta tarefa.

contundentes e visíveis, contudo, a especialização e a criação de um corpo técnico de praças e oficiais capacitados e preparados tecnicamente para a função pode multiplicar exponencialmente os resultados positivos deste processo.

A institucionalização de um corpo técnico competente irá se traduzir em um melhor aproveitamento destas vantagens. Possibilitará uma maior eficiência dos serviços do Corpo de Bombeiros catarinense e contribuirá significativamente para a melhoria da imagem positiva e dos serviços prestados junto a população.

Tornando o CBMSC referencia nacional e modelo de excelência na prestação de serviços de bombeiro, intuito primordial do Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto. **A teoria das formas de governo**. 7.ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1994.

BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5 ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.

BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política**. 5.ed. Sao Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

BOGEA, Antenor. **A diplomacia federativa**. Brasília: IRBr/Funag, 2001.

BLAU, Peter Michael e Scott. **Organizações formais: uma abordagem comparativa** por Peter M. Blau e W. Richard Scott. São Paulo: Atlas, 1979.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 41. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA. Disponível em http://www.cb.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=63&Itemid=99. Acesso em: 01 de março de 2012.

DUCHACEK, Ivo. **Perforated sovereignties: towards a typology of new actors in international relations**. In *Federalism and international relations: the role of subnational units*. Oxford: Clarendon Press, 1990.

ETZIONI, Amitai. **Organizações modernas**. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

HOCHLEITNER, Cláudio Eduardo. **Critérios para a implantação do quadro de oficiais subalternos complementares no CBMSC**. 2007, 89 f. Unisul, Monografia (Curso de Comando e Estado Maior do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina).Universidade do Extremo Sul, Florinópolis, 2007.

LESSA, José Vicente da Silva. **A paradiplomacia e os aspectos legais dos compromissos internacionais celebrados por governos não centrais**. Brasília: IRBr/Funag, 2002.

MICHELMANN, Hans J. And Soldatos, Panayotis (org). **Federalism and International Relations – the role of the subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

MICHELMANN, Hans. The Federal Republic of Germany. In: Michelmann, Hans; Soldatos, Panayotis. **Federalism and International Relations**. Oxford: Clarendon Press, 1990. P. 125-159.

MINISTERE DES RELATIONS INTERNATIONALES DU QUEBEC. **Rapport anuel de gestion 2003-2004**. Beauport, 2004.

MOTTA, Fernando C. Prestes. **TEORIA GERAL DA ADMINITRAÇÃO**: uma introdução. São Paulo: Enio Matheus Guazzelli e Cia, 1996.

NUNES, Carmem Juçara Nunes. **A paradiplomacia no Brasil: o caso do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, 2005.

PRIETO, Noe Conargo. **O outro lado do novo regionalismo pós-soviético da ásia-pacífico: a diplomacia federativa além das fronteiras do mundo ocidental**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

SANTA CATARINA (Estado). (Constituição 1989). **Constituição do Estado de Santa Catarina**: atualizada até novembro de 2005 com 41 Emendas Constitucionais e ações diretas de inconstitucionalidade. Florianópolis: Insular, 2005.

SOLDATOS, P., “**An Explanatory Framework for the Study of Federated States as Foreign Policy Actors**”, ensaio apresentado na Reunião Anual da American Political Science Association, Washington D. C., 1986.

VIGEVANI, Tullo (org.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.